

PAULO CARMONA



PEDRO BRINCA

Mais a quem menos precisa

PEDRO BRINCA

O Orçamento para 2027, aprovado na terça-feira, traz de volta o IVA Zero num cabaz de alimentos a definir pelo Governo, de janeiro a março e renovável por trimestres. A proposta foi do PS e passou com os votos do Chega. Poucas medidas são tão rejeitadas pelos economistas.

Quando surgiu, em 2023, critiquei-a por três razões. Não cabe ao Estado escolher que alimentos merecem apoio. Parte da descida podia ficar nas margens da distribuição. E, sendo universal, a maior parte do dinheiro iria para quem não precisa. O segundo receio não se confirmou: a descida chegou quase toda aos preços. O terceiro confirmou-se.

O Banco de Portugal estimou que o quinto mais rico das famílias recebia 23% do custo da medida e o quinto mais pobre 19%. Os mais ricos gastam uma parte menor do rendimento em comida, mas mais em euros. No apoio de 360 euros às famílias vulneráveis desse ano, 71% foi para o quinto mais pobre. Em Espanha, cinco em cada dez euros da descida do IVA nos alimentos foram para os 40% mais ricos.

Num novo estudo com Tiago Bernardino, Márcia Silva-Pereira e Saman Darougheh, comparamos um subsídio deste tipo com transferências do mesmo custo. Quase dois terços do subsídio vão para famílias acima da mediana. Com o mesmo dinheiro, um apoio igual para todos dá ao décimo mais pobre um ganho nove vezes maior; um apoio aos 20% mais pobres, mais de cinquenta vezes. Com repercussão total nos preços, como em 2023, a diferença encolhe, mas mantém-se. Dar aos 20% mais pobres o que o IVA Zero lhes dá exigiria cerca de um quinto do custo. E o Estado sabe quem são: já lhes pagou apoios em 2022 e 2023.

A contrapartida agrava o caso. Para pagar a medida, acabou a taxa de IRS de 10% para rendas até 2.300 euros, que volta a 25%. Nas rendas, o PS argumentou que o imposto mais baixo não baixava o preço, antes o puxava para cima. Nos alimentos, parte do princípio contrário. E as prioridades estão trocadas. Em março de 2023, os alimentos subiam quase 20% ao ano, mais do dobro da inflação. Em outubro, subiam 2,4%, abaixo da inflação. Já as rendas dos novos contratos subiram 10,2% no segundo trimestre, cerca do triplo da inflação.

Porque se insiste? Porque a descida de preço se vê na prateleira e um apoio dirigido não. É populismo: parece ajudar todos e, com o mesmo dinheiro, ajuda menos quem mais precisa. Como escrevi em 2023, é dar mais a quem menos precisa e menos a quem mais precisa. ■

"Uma política de transferências dirigida às famílias de baixo rendimento teria sido mais eficaz do ponto de vista distributivo e mais barata do ponto de vista orçamental."

MIGUEL ALMUNIA ET AL.
(SOBRE O IVA ZERO ESPANHOL)
ESADEECPOL
2023